

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA E TRANSFORMADORA

Caianny Vitória Silva Carneiro¹

Izaias Félix da Cunha²

RESUMO

O objetivo é analisar o processo de inclusão na educação infantil, identificando desafios e possibilidades no contexto escolar. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica, consultando documentos já publicados, que fundamentam as práticas pedagógicas inclusivas. O estudo destaca que a implementação de ações inclusivas eficazes depende de desafios como a falta de materiais especializados, lacunas na formação dos profissionais e recursos limitados nas escolas. Apesar dessas dificuldades, evidencia-se que a prática pedagógica no dia a dia escolar pode promover estratégias eficazes, como a adaptação do ambiente de aprendizagem e ações colaborativas, essenciais para uma inclusão real. Ressalta-se a importância de desconstruir percepções equivocadas acerca do potencial das crianças com deficiência, valorizando suas habilidades e potencialidades. O estudo reforça que a formação contínua dos professores, a elaboração de políticas públicas inclusivas e o envolvimento da comunidade escolar são fatores essenciais para o avanço da inclusão na educação infantil. Apesar dos obstáculos, a efetivação de uma educação inclusiva depende do fortalecimento de práticas pedagógicas inovadoras e do compromisso coletivo em promover uma cultura de respeito às diferenças, garantindo uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Formação de Professores; Inclusão; Práticas Pedagógicas.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual - MA, caiannyv@gmail.com

² Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), professor na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), izaiasfelix002@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96, em seu Art. 29, a Educação Infantil constitui uma etapa fundamental na formação do indivíduo, pois promove o desenvolvimento integral da criança, contemplando aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Nesse contexto, compreender o papel da escola e do professor é essencial para garantir uma aprendizagem saudável, significativa e inclusiva, que reconheça as singularidades de cada criança e promova sua plena participação no ambiente escolar. A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, apesar de avanços recentes, ainda enfrenta diversos obstáculos relacionados à infraestrutura, recursos e formação de profissionais, o que compromete a efetividade de políticas públicas e a qualidade do atendimento educacional.

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de ampliar o entendimento sobre os desafios enfrentados na implementação de práticas educativas inclusivas na Educação Infantil, especialmente no que diz respeito à infraestrutura acessível e à oferta de recursos pedagógicos adequados. Diante do cenário de desigualdade no acesso à educação, evidencia-se a importância de compreender como esses obstáculos influenciam na permanência, participação e aprendizagem de crianças com deficiência. Dessa forma, busca-se contribuir para a reflexão sobre estratégias e ações que possam promover maior equidade e qualidade na educação infantil, com foco na inclusão.

A metodologia adotada para este estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que envolveu a análise de fontes secundárias, como legislações, estudos acadêmicos, relatórios e dados oficiais, sobretudo utilizando o Censo Escolar 2023 e textos de autores especializados em educação inclusiva. A busca por informações foi realizada por meio de plataformas acadêmicas e bases de dados como Capes, Google Acadêmico e SciELO, com o objetivo de coletar e analisar dados atualizados e relevantes acerca dos obstáculos estruturais, pedagógicos e de formação dos profissionais na Educação Infantil no Brasil.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os principais obstáculos enfrentados na implementação de práticas inclusivas na Educação Infantil, com ênfase na infraestrutura,

recursos pedagógicos e formação docente.

2 APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 Dialogando com a Educação Infantil

Em primeiro lugar, é preciso situar a relevância da educação escolar para o crescimento da criança, tendo em vista a Educação Infantil como uma fase significativa da Educação Básica, conforme estabelecido pela LDB no Art. 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Nesse cenário, podemos analisar a função da escola frente ao processo de desenvolvimento da criança, uma vez que ela precisa de direcionamento apropriado para o seu crescimento pleno através de um processo educativo saudável, consistente e respeitoso. Portanto, é responsabilidade do professor interagir com as crianças, direcionar seu aprendizado e atendê-las de maneira apropriada, reconhecendo-as em sua essência e em sua atuação social. Isto posto, é possível destacar a vivência social, intermediada pelo outro e em suas várias interações, como caminho pelo qual a criança adquire uma parte importante dos significados e dos conhecimentos necessários para sua integração no mundo.

É essencial que o docente ofereça experiências enriquecedoras que permitam às crianças desenvolverem seus próprios saberes. Para isso, é preciso considerar suas identidades e distinções étnicas, religiosas e econômicas. Assim, desde a Educação Infantil, devemos entender que as crianças são únicas, o que implica em uma educação que considere suas condições de aprendizagem e tratam-nas como indivíduos distintos, pois os processos de ensinar e aprender ancoram-se na colaboração e na reciprocidade entre seus sujeitos-agentes.

A Educação Infantil no Brasil, disputa com diversos obstáculos que comprometem tanto a qualidade quanto a acessibilidade desta etapa educacional. Alguns dos principais obstáculos são: acesso e universalização. Pois, uma parcela significativa das crianças

brasileiras ainda não possuem acesso à Educação Infantil, o que justifica-se pela falta de vagas em creches e pré-escolas, principalmente em áreas rurais e regiões de baixa renda. Dessa maneira, o país deve encarar o desafio de garantir o acesso universal à Educação Infantil, assegurando, como uma de suas prioridades, vagas para todas as crianças independentemente de sua situação socioeconômica ou localização geográfica.

Outro elemento presente na Educação Infantil, comprometendo seu êxito, é o desenvolvimento de práticas pedagógicas desconexas e pouco elaboradas em virtude da escassez de recursos e materiais necessários à etapa educacional e às especificidades do seu processo formativo. Associando a estes elementos, tem-se a falta de formação – inicial e continuada – adequada aos seus profissionais de atuação. Desta realidade, infere-se que para garantir uma educação de qualidade na primeira infância, é fundamental o fornecimento de subsídios financeiros e de recursos, bem como uma formação inicial sólida acrescida de capacitação contínua para professores e a implementação de currículos que considerem as especificidades dessa etapa. Em outras palavras, a ausência de financiamento, infraestrutura adequada e profissionais capacitados pode restringir o acesso de crianças com deficiência a uma educação de qualidade, pois a falta de recursos é um obstáculo para a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e para a adequação do ambiente escolar às demandas específicas de cada criança.

Outro obstáculo para uma educação infantil inclusiva apresenta-se por meio de infraestruturas precárias e não adaptadas. Muitas instituições de educação infantil no Brasil enfrentam desafios de infraestrutura, como salas de aula superlotadas, ausência de espaços adequados para brincadeiras e atividades físicas, falta de materiais pedagógicos apropriados, entre outras questões. A falta de recursos para a infraestrutura é um obstáculo a ser superado para garantir um ambiente seguro.

Segundo o Censo Escolar 2023, apesar do aumento no número de matrículas na educação especial e da maior inclusão desses estudantes em turmas regulares, somente 15% das escolas oferecem salas acessíveis e banheiros adaptados para pessoas com dificuldades de locomoção. Ademais, apenas 4% das escolas dispõem de elevadores e apenas 50% contam com rampas. Em 2023, somente 201 escolas (0,1% das instituições de ensino do Brasil) cumpriam todos os critérios de acessibilidade avaliados. Essa falta de estrutura não somente impede o acesso de alunos deficientes, mas também desestimula esses estudantes e suas famílias, o que frequentemente leva à evasão escolar. Sobre a infraestrutura Araujo, *et al.*,

(2025, p. 12797-12798) argumenta que:

A infraestrutura acessível desempenha um papel fundamental na inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Para garantir que todos os alunos tenham a chance de aprender e se desenvolver, é necessário ir além da simples eliminação de barreiras físicas. É imprescindível criar um ambiente que favoreça a diversidade e proporcione oportunidades equitativas para cada um, independentemente de suas limitações. Isso envolve tanto um planejamento cuidadoso das estruturas escolares quanto a adoção de tecnologias que possibilitem o acesso à informação e aos espaços.

A Educação Inclusiva simboliza a transição para uma sociedade mais acolhedora e inclusiva, um processo que busca promover a inclusão de todos os estudantes nas escolas regulares. Trata-se de uma reestruturação da cultura, das práticas e das políticas vivenciadas nas instituições de ensino, a fim de que estas sejam adequadas à diversidade dos alunos. Refere-se a uma perspectiva humanista e democrática, que valoriza o indivíduo e suas especificidades, com o objetivo de promover o desenvolvimento, a realização pessoal e a inclusão social de todos.

2.1 Dialogando com a Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva refere-se a uma educação que garanta o acesso, a participação e a permanência de todos os alunos e alunas, considerando as condições físicas, intelectuais ou sociais como caminho para o desenvolvimento educacional, fazendo com que a diversidade seja considerada e respeitada na escola o que promove processos de ensino e aprendizagem adequados a cada sujeito.

Ela funda-se em uma postura equitativa de oportunidades e valorização das diferenças humanas, reconhecendo, portanto, as diversidades étnicas e sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos indivíduos, considerando a mudança da cultura, das práticas e das políticas estabelecidas na escola e nos sistemas de ensino, com o objetivo de assegurar o acesso, a participação e o aprendizado de todos. Como afirma Rodrigues (2023, p. 12) “A inclusão é uma proposta que visa garantir uma educação de qualidade verdadeiramente ofertada para todos e todas. Isto é, reconhecendo as diferenças que existem em todas as pessoas, sejam elas de ordem econômica, de gênero, culturais, políticas, religiosas ou de condição”.

A análise do contexto histórico e do desenvolvimento da legislação relativa à

Educação Inclusiva demonstrou que ela não surgiu de forma espontânea, mas com a planejada criação de ações que englobasse todos os setores sociais, incluindo o macrosistema, por meio da elaboração de uma política educacional distinta, tanto para a sala de aula quanto para o planejamento pedagógico que considerasse a diversidade dos estudantes. Dialogando com esta discussão Oliveira e Leite (2007, p. 07) afirmam que:

Entendemos, desse modo, que a Educação Inclusiva, deve basear-se no princípio da igualdade, em que respeitar a diferença não é se opor à igualdade e sim garantir direitos iguais para atender às necessidades específicas de cada um, considerando que todos são diferentes. Essa ideia é complementada pelo princípio da equidade que, por sua vez, postula o favorecimento de condições diferenciadas para suprir as desigualdades sociais, culturais e econômicas, daqueles que se encontram em situação de desvantagem.

Conforme estabelece o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a “Educação Inclusiva é a modalidade dedicada aos estudantes que possuem algum tipo de deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996). Além disso, ampliando a conceitualização, o ensino inclusivo, em uma perspectiva social e cultural, também diz respeito a grupos com culturas diversas, como a indígena, e quilombola, entre outras. Para ambas as situações precisa-se que as instituições de ensino regular sejam adaptadas para atender adequadamente aos estudantes sem se fazer nenhuma distinção, adotando metodologias promotoras do reconhecimento da diversidade, uma vez que o ambiente escolar acolhe crianças em variadas circunstâncias.

Em outras palavras, busca assegurar o melhor aprendizado para cada estudante, considerando suas características únicas. As inclusões – consideradas aqui em sentido plural por entender que não existe um molde ou modelo inclusivo, pelo contrário, a inclusão é diversa assim como a diversidade que busca-se considerar/incluir – promovem a sensação de pertencimento, respeitam as diferenças e incentivam a diversidade para todos que estão envolvidos no processo de aprendizagem.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) instituída pelo decreto 10.502 de 30 de Setembro de 2020 os princípios de uma educação inclusiva, equitativa:

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

- I – educação como direito para todos em um sistema educacional equitativo e inclusivo;
- II – aprendizado ao longo da vida;
- III – ambiente escolar acolhedor e inclusivo;
- IV – desenvolvimento pleno das potencialidades do educando;

- V – acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares;
- VI – participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada;
- VII - garantia de implementação de escolas bilíngues de surdos e surdocegos;
- VIII – atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no território nacional, incluída a garantia da oferta de serviços e de recursos da educação especial aos educandos indígenas, quilombolas e do campo;
- IX – qualificação para professores e demais profissionais da educação (Brasil, 2020, p. 47-52, grifo nosso).

Já quanto aos objetivos tem-se que estes são:

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

- I – garantir os direitos constitucionais de educação e de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- II – promover ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito;
- III – assegurar o atendimento educacional especializado como diretriz constitucional, para além da institucionalização de tempos e espaços reservados para atividade complementar ou suplementar;
- IV – assegurar aos educandos da educação especial acessibilidade a sistemas de apoio adequados, consideradas as suas singularidades e especificidades;
- V – assegurar aos profissionais da educação a formação profissional de orientação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, com vistas à atuação efetiva em espaços comuns ou especializados;
- VI – valorizar a educação especial como processo que contribui para a autonomia e o desenvolvimento da pessoa e também para a sua participação efetiva no desenvolvimento da sociedade, no âmbito da cultura, das ciências, das artes e das demais áreas da vida;
- VII – assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação oportunidades de educação e aprendizado ao longo da vida, de modo sustentável e compatível com as diversidades locais e culturais (Brasil, 2020, p. 53-55, grifo nosso).

Ao longo do tempo, a Lei de Inclusão tem sido submetida a diversos processos e alterações, estabelecendo medidas implementadas e, nesse cenário, é necessário compreender a Educação Inclusiva como um direito que deve ser garantido a todos na escola regular. Dessa forma, um ambiente escolar somente será considerado inclusivo quando reconhecer e agregar às suas estruturas políticas e sociais a diversidade que expressa-se em cada aluno e aluna, desenvolvendo estruturas, metodologias, entre outros elementos necessários para a transformação da realidade.

Segundo o MEC, a Educação Inclusiva abrange todos os níveis de ensino (da Educação Infantil ao Ensino Superior) e inclui um serviço de Apoio ao Educador

Especializado (AEE) que orienta professores e alunos na utilização dos métodos e serviços de ensino e aprendizagem.

A inclusão escolar vai além de assegurar um sistema educacional igualitário que permita a integração dos alunos com deficiência ao convívio diário com os demais estudantes. Incluir alunos com deficiência em sala de aula vai além de assegurar a vaga a que têm direito; é fundamental que a escola tenha uma organização estrutural adequada em relação aos espaços físicos, à formação dos professores e aos materiais didáticos (Santos, 2018).

Quando uma criança com deficiência ingressa em um ambiente educacional que a acolhe e reconhece suas particularidades, permitindo um desenvolvimento saudável, ela tende a adquirir habilidades básicas e essenciais para se tornar um adulto mais consciente, crítico e autônomo.

Diante das conceitualizações expostas anteriormente, faz-se necessário rememorar que embora a inclusão na educação seja fundamental é evidente que ela ainda não foi alcançada como deveria no Brasil. As instituições de ensino ainda enfrentam desafios na implementação de práticas inclusivas, devido a falta de preparo de alguns docentes somada a uma infraestrutura escolar inadequada para atender às demandas individuais dos alunos com deficiência. Logo, para a superação desse panorama “no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas, como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola” (Mittler, 2000, p. 25).

A inclusão escolar não é simples, pois, desde que começou a ser implementada nas instituições de ensino, há limitações e desafios em relação aos materiais de apoio, além da ausência de formação especializada para os docentes, o que acaba por prejudicar os alunos com deficiência. No entanto, é evidente que o êxito da inclusão escolar não depende apenas dos docentes que têm a capacidade e o desejo de transformar o ambiente escolar para atender as necessidades educacionais dos estudante, mas de uma ação conjunta que envolva toda a comunidade educacional, estendendo-se à realidade social e às políticas educacionais, garantindo de forma efetiva que todos os alunos desenvolvam suas habilidades, competências e conhecimentos.

Pereira e Guimarães (2024, p. 245) apontam que as barreiras estruturais e a carência de recursos apropriados para adaptar o ambiente escolar são alguns dos principais desafios, o que inclui a falta de materiais acessíveis, tecnologia assistiva e espaços adequados para atender às

demandas dos alunos com deficiência. Para mais, a maioria dos professores afirma não ter recebido formação específica para lidar com a diversidade em sala de aula, o que torna mais difícil a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Boechat *et al.* (2024, p. 97) destacam que as escolas lidam com uma resistência de natureza comportamental por parte de alguns docentes e da comunidade escolar em geral. Em várias circunstâncias, essa resistência se revela na ausência de entendimento de que a inclusão é um dever coletivo, além da errada convicção de que as adaptações são responsabilidades exclusivas dos docentes ou da equipe de apoio.

No entanto, há diversas alternativas e táticas que podem ser adotadas para vencer esses obstáculos e garantir a efetividade da inclusão escolar. Pereira e Guimarães (2024, p. 267) propõem que uma das soluções seja a reestruturação da formação inicial e continuada dos professores, com o objetivo de melhorar as habilidades necessárias para lidar com a diversidade. A capacitação de docentes é vista como um componente essencial para melhorar a aplicação de metodologias inclusivas e a utilização de recursos adaptados.

De mais a mais, Boechat *et al.* (2024, p. 123) propõem que as instituições de ensino fomentem um ambiente de colaboração, onde a cooperação entre docentes, psicopedagogos e outros profissionais especializados seja fortalecida, a fim de atender de forma integrada às demandas dos estudantes com deficiência/necessidades específicas. Uma estratégia importante é a adaptação de currículos e métodos de ensino, o que possibilita a personalização da educação e garante que todos os estudantes aprendam de maneira eficiente e participativa, independentemente de suas limitações. Portanto, embora a inclusão no ensino regular enfrente muitos obstáculos, é possível encontrar soluções que exigem mudanças estruturais, formação contínua e cooperação entre todos os integrantes da comunidade escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações deste estudo destacam a complexidade do processo de inclusão escolar, mostrando que, apesar dos progressos nas políticas públicas e das diretrizes para a educação inclusiva, ainda há desafios consideráveis a serem enfrentados. A detecção de obstáculos de natureza estrutural e atitudinal, como a ausência de acessibilidade, recursos adaptados e resistência de certos profissionais e integrantes da comunidade escolar, indica a urgência de implementar medidas efetivas e duradouras para garantir uma inclusão genuína.

As chances de superação, especialmente por meio do uso de tecnologias assistivas e da formação contínua dos educadores, mostram que a inovação e o aprimoramento profissional são fundamentais para construir ambientes mais acessíveis, receptivos e eficientes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tiago do Amor Divino *et al.* Escolas acessíveis: desafios e avanços na infraestrutura e metodologias inclusivas. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 12794–12808, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n3-154>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BOECHAT, Gisela Paula Fatinanti; REZENDE, Antonio Pinheiro de; OLIVEIRA, Clebereson Cordeiro de Moura. Tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar de crianças com autismo. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (org.). **Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível.** São Paulo: Arché, 2024. p. 97-123. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-5>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** contextos sociais: Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-524, out. 2007

PEREIRA, Frantieli Cardoza; GUIMARÃES, Marilza Maylla Guedes. A inclusão escolar na educação infantil. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.). **Educação 4.0: gestão, inclusão e tecnologia na construção de currículos inovadores.** São Paulo: Arché, 2024. p. 245-267. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-098-9-9> . Acesso em: 25 de ago. 2025

RODRIGUES, Ariana Charlene. Um olhar histórico sobre a educação inclusiva no brasil: avanços e desafios. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba. 2023.

SANTOS, M. P.; LOPES, C. A. N. **Educação inclusiva na educação infantil, anos iniciais:** algumas problematizações. Trabalho de Conclusão de Curso Instituto Federal Goiano, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3011>. Acesso em: 27 de ago. 2025.